

AS TRANSFORMAÇÕES NA ARQUITETURA RURAL PAULISTA PRÉ-MODERNA

Marcelo Gaudio Augusto¹

palavras-chave: arquitetura paulista – arquitetura rural – migração

Este texto pretende explorar as diversas influências que a casa paulista rural recebeu no decorrer dos séculos. A arquitetura paulista foi por muito tempo tratada com pouca atenção na história da arquitetura brasileira, talvez pelo seu menor refinamento em relação ao barroco mineiro ou à arquitetura colonial do nordeste. É apenas com Luís Saia, em meados do século XX, que as grosseiras casas de taipa se tornam relevantes. Desde então, o estudo do legado desta cultura material foi tema de vários autores (BENINCASA:2003;FERRÃO:2005;HOMEM:1998;KATINSKY:1976;LEMOS:1999;SILVA:2006). Estes tendem a estabelecer períodos diferentes para a arquitetura paulista, porém frequentemente divergem ao organizar segmentações aos diferentes momentos que tal arquitetura apresenta. Estas divisões são baseadas a partir de diversos condicionantes: ciclos econômicos, a movimentação das populações, ou mesmo o tempo.

Em minha pesquisa divido a história da arquitetura paulista pré-moderna, especificamente sua arquitetura rural, em três grandes momentos. O condicionante principal que levo em conta tem relação com os novos costumes que surgem ao mesmo tempo em que outros antigos se modificam em decorrência das correntes migratórias. Não tratarei aqui de estilos arquitetônicos, tal termo não se aplica neste caso, pois o estilo é determinado temporal e espacialmente. Em seu lugar, utilizarei o termo ‘tipo’, emprestado de Giulio Carlo Argan(ARGAN:2001). O tipo é algo muito mais amplo, pois não se limita apenas a classificar, mas busca características comuns, em termos de função ou partido. “As séries tipológicas não se formam, na história da arquitetura, apenas em relação às funções práticas do edifício, mas especialmente em relação à configuração deles”(ARGAN:2001,p.67). É justamente a relação da mudança da configuração das residências rurais paulistas com as diferentes correntes migratórias que este artigo pretende explorar.

Deste modo, as divisões dessa arquitetura se apresentam da seguinte forma: considero que o sincretismo dos costumes portugueses e indígenas é responsável pelo surgimento das casas bandeiristas, e seu período vai do início da exploração da capitania São Vicente até o século XVIII. Posteriormente, o

¹ É mestrando em história pela Unicamp. marcelo_gaudio@yahoo.com.br

partido mineiro, o qual aparece em meados do século XVIII e se estende até o XIX. Por fim, os imigrantes europeus que trazem influências estilísticas das suas respectivas regiões de origem, são responsáveis pelo ecletismo a partir do final do XIX. Embora tal divisão não seja inédita, Vladimir Benincasa já esboça estes períodos no livro *Velhas Fazendas* (BENINCASA:2003), pretendo explorar este tema de forma mais pragmática, levantando as diferenças formais de cada período e sua aplicação prática nas fazendas da região de Campinas.

A CASA BANDEIRISTA

Desde o surgimento da Vila de São Vicente no início da colonização até meados do século XVIII, a província de São Paulo era uma região isolada do resto da colônia. A população se concentrava no litoral, com poucos povoados além da Serra do Mar. Por estar próxima à fronteira demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, e nessa época o norte já proporcionava riqueza fácil para Portugal, a província se torna uma “terra de ninguém” (Lemos:1979, p.59). Neste contexto surgem os bandeirantes, a população paulista que em busca de riquezas, desbravou o continente ainda desconhecido, tornando-se responsáveis pelo nascimento de diversas vilas espalhadas pelo território.

No entanto, a construção destes novos povoados era complicada no que diz respeito à disponibilidade de materiais. As vilas no litoral aproveitavam a pedra e o cal para suas cidades, deste modo não foi necessário muita adaptação quanto aos costumes construtivos da metrópole. Em situação contrastante, o interior não gozava de tanta pedra, e a cal inexistia. Não é a toa que São Paulo recebeu o título “Império da Taipa”, pois a alternativa a falta dos materiais utilizados no litoral foi a técnica da taipa de pilão. Esta, por sua vez, não fora muito praticada no litoral pela carência de terra argilosa. A provável origem desta técnica é que tenha sido trazida pelos colonos do sul de Portugal, que por sua vez herdaram da invasão árabe à Península Ibérica. Porém não se pode considerar que tenha ocorrido uma pura transposição da técnica da taipa afro-européia para a floresta tropical. As primeiras moradias sofrem influência também da população nativa graças aos primeiros missionários jesuítas que facilitaram a troca cultural dos dois povos. Dos indígenas temos, além do fornecimento da cobertura das casas com a palha, a estrutura da armação de madeira que definiu a planta retangular das casas bandeiristas.

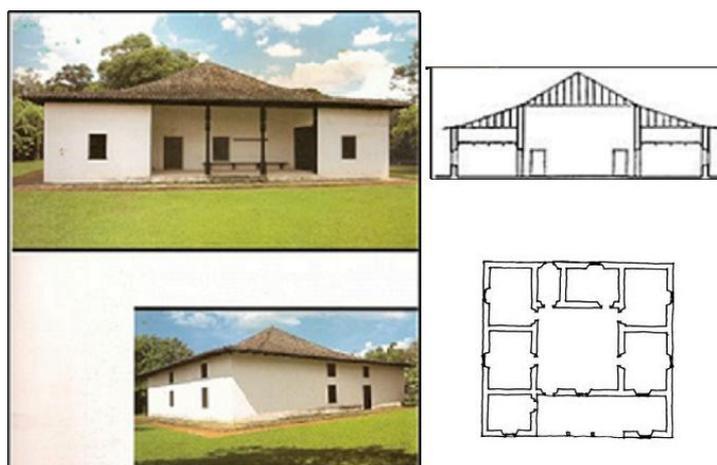
“Nos Campos de Piratininga, da ação dos missionários jesuítas e dos primeiros colonos trazidos por Martim Afonso surgiram então os primeiros aludidos sincretismos técnico-construtivos, satisfazendo a programas antes insuspeitados no Planalto. A palha aguarirana, em cima de improvisadas armações de paus roliços, definiu espaços retangulares, primeiro no salão que servia de igreja, de sala de aula e de dormitório dos padres, depois nas casas dos colonos, cujos programas habitacionais cristãos evidentemente não toleravam as acomodações promiscuas dos índios.” (Lemos:1999, pp. 22 – 23).

Dentre as características da casa paulista, temos de nos atentar para o programa de necessidades que ajuda a defini-la. Carlos Lemos retoma a influência indígena, pois esta seria responsável pela fragmentação

das construções rurais no entorno da casa sede, o que o autor chama de ‘partido aberto’. Sempre próximo a um curso de água, mas mantendo a sede nivelada numa plataforma artificial e cercada por uma calçada de pedras para evitar que enxurradas destruíssem as paredes facilmente erodíveis. Elevação que também facilitava o controle do dono da fazenda. O arqueólogo Paulo Zanettini confirma através de escavações arqueológicas também apresentadas em sua tese de doutorado (ZANETTINI:2005,p.83), um outro elemento definidor da casa paulista, levantado anteriormente por Julio Katinsky (KATINSKY:1976,p.129): a implantação das casas é, em sua maioria, voltada para o norte, o motivo seria fugir do vento gelado de inverno que vem do Sul-Sudoeste.

A planta se apresenta de forma simples atendendo ao condicionamento imposto pela taipa. “Devido à pouca resistência à tração das paredes de barro socado” (BENINCASA:2003,p.91), a casa é caracterizada pela predominância de cheios sobre vazios, ou seja, há poucas aberturas como portas e janelas. O telhado das casas era de duas ou quatro águas, com escoras dentro da casa dando sustentação e distribuindo o peso que as paredes sozinhas não agüentariam. Luis Saia é o primeiro a vincular a arquitetura rural bandeirista com o tratadista italiano Palladio, sua “planta-tipo” de fachada simétrica era utilizada em Portugal antes de ser levado para São Paulo².

Outra característica é a divisão entre uma área de acesso público e outra privada que define a planta: na entrada temos o chamado alpendre, que serve como área de recepção. Neste cômodo tem-se acesso à capela, ao quarto de hóspedes e à área interna da casa, onde temos uma grande sala familiar distribuidora que, por sua vez, dá acesso aos quartos. O alpendre é uma reentrância no edifício, um cômodo sem parede para a área externa onde fica a entrada, também chamado na literatura de história da arquitetura por ‘corredor’. O quarto de hóspedes seria a resposta da necessidade de alojamentos para viajantes em decorrência das grandes distâncias entre as cidades. Quanto à capela, também dentro da casa sede, é de uso diário da família, agregados escravos e eventuais hóspedes, em poucos casos uma construção isolada.



[Fig. 1] Casa de Padre Inácio / Cotia. Construída no início do século XVIII, foi eleita por Luis Saia como o exemplar “puro” bandeirista remanescente.

² Palestra do curso de Arte Antiga na USP em 1962 intitulada “Roteiro dos Monumentos Históricos e Artísticos em São Paulo”

PARTIDO MINEIRO

A descoberta de ouro no norte da província poderia significar o fim do isolamento dos paulistas em relação à metrópole, porém tal acontecimento que traria enriquecimento contribui ainda mais para seu empobrecimento e abandono. Na primeira metade do século XVIII acontecem significativos desmembramentos no território paulista. Em 1720 as minas de ouro descobertas se transformam na capitania de Minas Gerais. Logo depois, em 1748, outra região em que foi descoberto ouro é também desmembrada, as capitanias de Mato Grosso e Goyas. Neste contexto pessimista, São Paulo estaria condenado a ser apenas um entroncamento de rotas fluviais e terrestres, com o agravante de não poder aproveitar esta condição, teoricamente favorável ao comércio, por se encontrar subordinado ao pacto de exclusividade com a Metrópole.

O cenário muda apenas na segunda metade deste mesmo século, com a chegada do capitão general e governador da capitania de São Paulo, Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, mais conhecido como Morgado de Mateus. Este implementa uma nova política de povoamento baseada na distribuição de terras para o desenvolvimento da agricultura. Uma de suas primeiras ações é organizar a população dispersa no território agrupando-a em novas cidades. Tal política se intensifica a partir do início da gestão de Marquês de Pombal em 1770 atuando na função de secretário de negócios do Reino de Dom José I (1750 – 1777).

“O governo pombalino impôs a mudança política, fortalecendo o poder do Estado contra alguns interesses da nobreza e do catolicismo jesuítico” (SANTOS:2002,p28). A atuação conjunta de Morgado de Mateus e o marquês de Pombal resultam na criação de uma rede de rotas terrestres e fluviais que tem como objetivo ligar comercialmente o norte com o sul da colônia. Dentre os muitos povoados que surgem no entorno destas novas rotas abertas é a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá que nasce no início da Estrada dos Goyases, a futura cidade de Campinas.

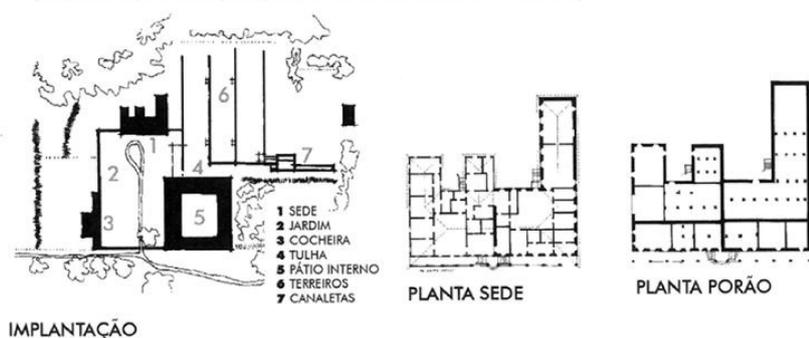
No entanto, o que permitiu um maior avanço econômico na província foi a remoção de alguns dos obstáculos do pacto de exclusividade colonial. Isso contribuiu para o surgimento de uma economia interna de subsistência dinamizada pela circulação do ouro. “O desenvolvimento desta estratégia política do colonialismo português produziu, no plano econômico do Estado do Brasil, a inauguração da agricultura paulista de comércio”(SANTOS:2002,p.29). Neste momento se aposta numa nova forma econômica de produção de açúcar, articulando o pacto de exclusividade colonial com a economia de subsistência. Este contexto possibilita finalmente à província se desenvolver. O enriquecimento de São Paulo através da agricultura, somado ao esgotamento do ouro nas minas ao norte é responsável pelo intenso fluxo de pessoas para a região. A partir deste momento é possível notar mudanças consideráveis na morada paulista.

As transformações que a fazenda paulista sofre se referem principalmente à introdução do engenho de açúcar planejado com objetivo da industrialização. As principais mudanças que ocorrem

na planta da sede são: o fechamento do alpendre, a planta que apresenta o formato de “L” e a casa construída na encosta. Com o fim do alpendre, surge como consequência uma sala de recepção. A capela dá lugar a um oratório familiar. O quarto de hóspedes se transforma em alcova ou alcovas, cômodos com acesso exclusivamente à sala de visitas, inclusive sem a presença de janelas para o exterior. A planta em “L” é responsável por dividir o corpo principal da residência que serve de moradia com a área de serviço no anexo ao fundo.

É introduzida a técnica da taipa de mão, utilizada para as divisórias internas, enquanto a taipa de pilão se mantém como base das paredes externas e mestras. Outra contribuição da migração mineira foi a alteração do partido arquitetônico, empregando uma estrutura de madeira recoberta de terra, o que faz com que a casa passe a ser construída aproveitando-se o relevo. Ao instalar os edifícios nas encostas do terreno e próximos de cursos d’água, há um maior aproveitamento dessa água para a movimentação das moendas, abastecimento das edificações, fornecimento energia para a movimentação de rodas d’água e, no período do café, para o processo de beneficiamento dos grãos.

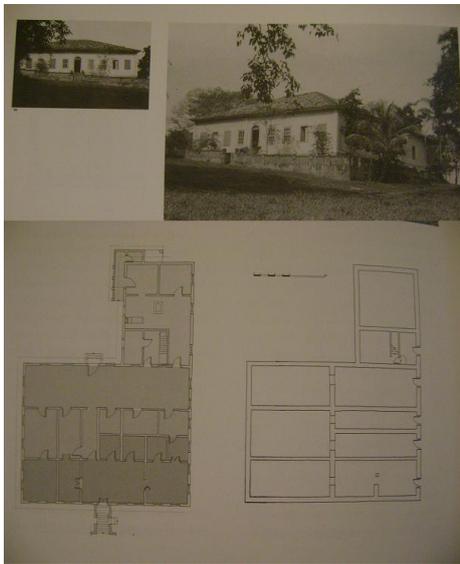
Com essas mudanças, o programa de necessidade se modifica. No térreo da sede ficam as atividades de trabalho referentes à vida doméstica, enquanto que o pavimento superior é destinado a residência, mantendo o “zoneamento” tradicional com a área íntima separada da área de visitas.



[Fig. 2] Casarão do Salto Grande / Americana. Construída no início do XIX em “L” recebeu diversos acréscimos no período do café.

Por volta de 1790 as plantações de café chegam ao Vale do rio Paraíba e rapidamente se tornam a principal fonte econômica da província de São Paulo instalando um curioso capitalismo escravocrata. O café abre caminho e avança para o oeste paulista. A partir dele surgem novas necessidades programáticas, entre as quais, a fazenda passa a se organizar em torno dos terreiros de secagem de café, e por questão de controle, a sede se avizinha da área de trabalho. No entanto, sua planta e organização interna se mantêm

igual, acompanhando as mudanças trazidas pela migração mineira. Na região de Campinas o açúcar tem seu auge em 1836, mas a partir desta data a produção começa a perder espaço para o café, até que em 1852 temos 89 fazendas de café contra apenas 44 engenhos(SILVA:2006).



[Fig. 3] Fazenda Cachoeira do Juca / Indaiatuba. Construída na segunda metade do XIX, porém mantém as características das casas de taipa de pilão, tanto no desenho da planta quanto na volumetria.

ECLETISMO

A partir de 1851, a produção paulista de café supera a de açúcar. A expansão da cafeicultura aumenta as exportações e importações, e São Paulo fica cada vez mais em evidência no mercado internacional. Toda essa transformação econômica ocorre devido a nova dinâmica proporcionada pela cafeicultura, mas só ocorre devido a algumas leis que capitalizam a propriedade de terra. A legislação de posse de terras começa a mudar em 1822 com o fim do regime de sesmarias, onde as propriedades passam a pertencer aos administradores, não sendo mais uma concessão do Império. Esse quadro permite o crescimento territorial das fazendas, que se apoderam de terras consideradas devolutas. A Lei de Terras de 1850 legitima estas ocupações e o surgimento dos grandes latifúndios, todos proprietários a partir desta data são obrigados a tirar o título de posse.

“Art. 11: os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhe ficaram pertencendo por efeito desta lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo”

“Art. 15: os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas, contanto que mostrem pelo estado de sua lavoura ou criação que tem os meios necessários para aproveitá-las”(Lei de Terras 601 de 18/09/1850).

A terra passa a ser comprada, elevando seu valor a níveis nunca antes imaginados, impossibilitando o homem comum construir uma propriedade. Neste momento começa a substituição da mão-de-obra escrava para assalariada através do financiamento do transporte de imigrantes europeus. Estes imigrantes se tornaram uma boa alternativa aos escravos, pois tinham qualificações profissionais mais próximas dos costumes portugueses. Dentre eles vieram muitos artesãos, mestre-de-obras e pedreiros, que a princípio, foram enviados às lavouras, mas em pouco tempo passaram a trabalhar nas cidades. Dentre as várias ocupações, merece destaque a construção civil, bem como as novas técnicas, padrões de construção e materiais trazidos por ela.

Outro fator responsável pela dinamização econômica ocorrida na província e a difusão destas novas técnicas e materiais foi a instalação das ferrovias, que facilitou e ampliou a comunicação com a Europa e Estados Unidos. Por um lado aprimora a interligação com o porto de Santos, logo transformado no principal escoador do café produzido no oeste paulista.

As origens do nosso ecletismo misturam-se em um grande caldeirão cultural. O qual surge na Europa ainda no século XVIII, onde correntes de pensamento historicista tinham como objetivo desvendar em cada país uma origem que legitimasse seu presente. Quando chegou ao Brasil, em meados do século XIX, convergem as diversas influências regionais européias, porém seu significado original não corresponde com a realidade brasileira. Pode-se dizer que há no ecletismo brasileiro a suspensão do juízo de valor histórico. Neste momento do artigo vale retomar o conceito de ‘tipo’ que perpassou toda análise. Além da importância ressaltada pela configuração espacial temos um despreendimento da forma histórica como condicionante.

“Prevalece(...)o critério arquitetônico deve ser entendido como um esquema de ‘articulação espacial’ que veio se formando em relação a um conjunto de exigências práticas e ideológicas da existência. Decorreria daí que a invenção formal que supera o tipo seria a resposta às exigências atuais, com relação às quais o tipo perdeu todo valor concreto. O recurso ao tipo ocorreria assim na medida em que a exigência atual, à qual é chamado a responder, tem suas premissas no passado”(Argan:2001, p.69)

Pode-se dizer que o ecletismo no Brasil perdeu muito de seu significado filosófico, sobrando apenas suas qualidades estéticas. As grandes modificações que a arquitetura deste período sofre acontecem principalmente em resposta às ideias higienistas. Periódicos estrangeiros e alguns médicos brasileiros começavam a estudar o tema da higiene nas habitações, sendo o foco principal as questões da ventilação e iluminação natural dos cômodos. Com o início da República, esses estudos são aplicados na saúde pública, e são criadas leis para regulamentar a moradia. Embora esta legislação só tenha influência dentro das cidades, muito também foi aplicado no campo devido ao discurso higienista ser bem aceito pela população.

As casas que já ficavam num patamar artificial, têm os porões abertos, com altura de apenas

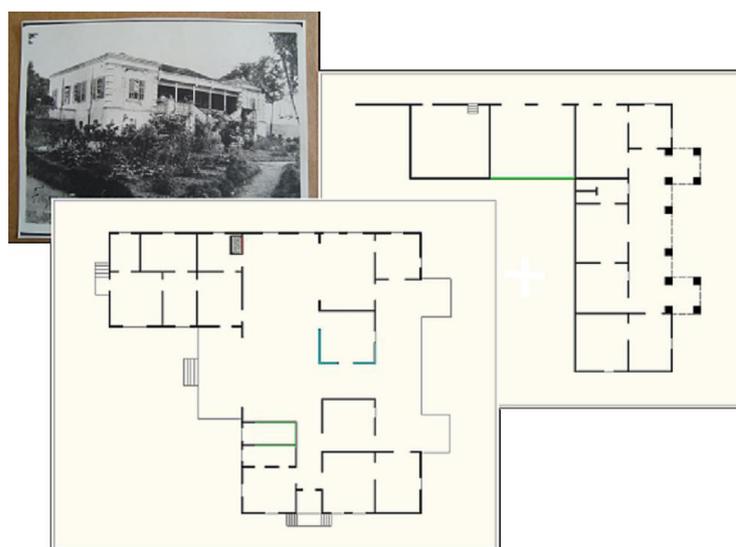
um metro e aberturas regulares, para evitar que a umidade do solo suba para a casa. As janelas ganham duas folhas externas de venezianas que permitem a circulação do ar mesmo estando fechadas. O vidro populariza o uso das bandeiras como fontes de luz natural.

A utilização do ferro na produção de canos galvanizados permite a canalização da água e do esgoto com mais facilidade. A partir disto os banheiros são incorporados pela residência rural.

A planta em “L” que já era utilizada se torna mais interessante, pois seu modelo permite aumentar a casa e ao mesmo tempo deixar que a luz natural penetre em todos os cômodos. Pouco a pouco as alcovas vão diminuindo, ao ponto de não serem feitas mais em novas residências. A capela, a partir de 1880, torna-se freqüente encontrá-la como um edifício independente da sede.

Pode-se dizer que “a sede da propriedade cafeeira adota o modelo de casa urbana, em que essa fica independente do lote e forma um desenho de planta independente de função”(PEDROSO:1998). A platibanda, utilizada desde o início do século XIX, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, servia para esconder a calha e o telhado. Porém, no fim do XIX, tem um uso menos ortodoxo, com função mais estética que funcional.

Quanto ao material temos uma ampla substituição da taipa pelo tijolo. O grande responsável por essa mudança foi o café, não só pelo enriquecimento que ele proporcionou, mas pela necessidade de muitas construções de diferentes tamanhos e formatos: aquedutos, canais, tanques de lavagem, tulhas de alto pé-direito. Todas as construções, com maior ou menor dificuldade, poderiam usar pedra ao invés do tijolo, porém a pedra de boa qualidade não existe em todo o território, e despenderia muito trabalho e dinheiro para transportá-las. No entanto, o tijolo poderia ser feito em olarias dentro das próprias fazendas.



[Fig. 4] Fazenda Jambeiro / Campinas. Construída em 1887, era dotada de todo conforto de uma casa urbana, luz de gás acetileno, rede de esgoto, salas de banho internas e água encanada. Sua construção foi atribuída a Ramos de Azevedo.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Aracy Abreu. A hispanidade em São Paulo: da casa rural a Capela de Santo Antonio. São Paulo: Nobel: Ed. da Univ. de São Paulo, 1981.
- BENINCASA, Vladimir. Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara, 1830-1930. São Carlos, SP; São Paulo: EdUFSCar: IMESP, 2003.
- COSTA, Lúcio. Arquitetura. Rio de Janeiro. Jose Olympio. 2002.
- FERRÃO, André Munhoz Argollo. Arquitetura do Café. Campinas. Unicamp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2005.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira, 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KATINSKY, Júlio Roberto. Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. Tese (doutorado). São Paulo: Instituto de Geografia / USP. 1976
- LEMOS, Carlos A. C. Casa Paulista: historia das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo. EDUSP. 1999.
- O que é arquitetura. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEDROSO, MariaLice Faria. Arquitetura das Fazendas de Café de Amparo, Monte Alegre do Sul e Serra Negra de 1850 a 1930. Dissertação (mestrado). IFCH. Unicamp. Campinas. 1998.
- PUPPI, Marcelo. Por uma historia não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia. Campinas, SP: Pontes: CPHA/IFCH, 1998.
- SAIA, Luís. Morada Paulista. São Paulo. Editora Perspectiva. 1972
- SANTOS, Antonio da Costa. Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e agua e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas, SP: UNICAMP, 2002.
- SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e Fazendas de Café em Campinas (séc.XVIII – séc.XX) *in* Anais do Museu Paulista. v.14. n.1. janeiro – junho 2006
- ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. Tese (doutorado). São Paulo. MAE / USP. 2005.